Maria Amélia Pinto Lucas de Almeida — no cargo de direcção intermédia de 2.º grau de chefe da Divisão de Gestão de Pessoal, com efeitos a partir de 7 de Dezembro de 2007;

11 de Outubro de 2007. — O Vice-Presidente da Câmara, *Rolando Nunes de Sousa*.

2611057583

CÂMARA MUNICIPAL DE ESTARREJA

Aviso n.º 20 973/2007

Torna-se público que, por despacho do presidente da Câmara datado de 4 de Setembro de 2007, foi autorizada a transferência, ao abrigo do artigo 4.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, de Eduardo José Paupério Pereira da Silva, técnico superior de 2.ª classe do quadro de pessoal desta autarquia, para lugar vago da mesma categoria no quadro de pessoal do município de Valongo, com eficácia retroactiva a partir de 1 de Outubro do corrente, de acordo com o referido despacho e ao abrigo da alínea a) do n.º 2 do artigo 128.º do Código do Procedimento Administrativo.

28 de Setembro de 2007. — O Vereador dos Recursos Humanos, *Alexandre Fonseca*.

2611057648

Aviso n.º 20 974/2007

Torna-se público que, por despacho do vice-presidente da Câmara e do vereador com competências na área dos Recursos Humanos, datados de 8 e de 9 de Outubro de 2007, respectivamente, o funcionário António Dias de Almeida Oliveira, operário qualificado principal, escalão 2, índice 214, foi repositado ao abrigo do n.º 2 do artigo 16.º da Lei n.º 44/99, de 11 de Junho, no índice 255, para o exercício de funções de chefia, com efeitos a partir do dia 1 de Outubro de 2007, ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 128.º do Código do Procedimento Administrativo. (A presente nomeação não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

12 de Outubro de 2007. — O Vereador dos Recursos Humanos, *Alexandre Fonseca*.

2611057649

CÂMARA MUNICIPAL DE FIGUEIRA DE CASTELO RODRIGO

Aviso (extracto) n.º 20 975/2007

Concurso externo de ingresso para provimento de um lugar de técnico superior de 2.ª classe (estagiário) — Área de psicologia

1 — Para os devidos efeitos se torna público que, por meu despacho de 11 de Outubro de 2007, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar do dia imediato ao da publicação do presente aviso no *Diário da República*, concurso externo de ingresso para a admissão de um técnico superior de 2.ª classe (estagiário), da carreira técnica superior (área de psicologia), do grupo de pessoal técnico superior, do quadro de pessoal desta autarquia.

1.1 — Quota de emprego (a preencher por pessoas com deficiência) — dar-se-á cumprimento ao estabelecido no artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de Fevereiro.

1.2 — Conteúdo funcional — o constante do despacho n.º 9160/2001, da SEAL, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 101, de 2 de Maio de 2001, isto é, desenvolve funções de estudo, concepção e adaptação de métodos e processos científico-técnicos, executa-as com autonomia e responsabilidade tendo em vista informar a decisão superior requerendo formação na área de recursos humanos, apoio social, educativo e cultural, colaborando, nomeadamente, nas seguintes áreas:

Promoção de acções necessárias ao recrutamento, selecção e orientação profissional dos trabalhadores;

Resolução de problemas de adaptação social dos indivíduos, grupos ou comunidades;

Deteção de necessidades da comunidade educativa, com o fim de propor a realização de acções de prevenção e medidas adequadas, designadamente em casos de insucesso escolar;

Identificação de necessidades de ocupação de tempos livres, promovendo e apoiando actividades de índole cultural, educativa e recreativa.

2 — Validade do concurso — o concurso é válido para o lugar indicado, esgotando-se com o seu preenchimento.

3 — Legislação aplicável:

Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho;
Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Junho;

Decreto-Lei n.º 247/87, de 17 de Junho;
Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro;
Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro;
Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro;
Decreto-Lei n.º 412-A/98, de 30 de Dezembro;
Decreto-Lei n.º 265/88, de 28 de Julho;
Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de Fevereiro;
Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro.

4 — Local e condições de trabalho e vencimento:

4.1 — O local de trabalho situa-se na circunscrição do município de Figueira de Castelo Rodrigo.

4.1.1 — As condições de trabalho e as regalias sociais são as genericamente vigentes e aplicáveis aos funcionários e agentes da administração local.

4.2 — Remuneração base — o vencimento no período de estágio será de € 1048,87, indexado ao índice 321 das escalas salariais das carreiras e categorias do regime geral da função pública, que constam do anexo II do Decreto-Lei n.º 412-A/98, de 30 de Dezembro, para a categoria de estagiário, da carreira técnica superior, sem prejuízo do direito de opção pelo vencimento do lugar de origem, no caso de pessoal já vinculado à função pública.

5 — Requisitos de admissão:

5.1 — Requisitos gerais:

a) Ter nacionalidade portuguesa, salvo nos casos exceptuados por lei;

b) Ter 18 anos completos;

c) Possuir as habilitações literárias ou profissionais legalmente exigidas para o desempenho do cargo;

d) Ter cumprido os deveres militares ou de serviço cívico, quando obrigatório;

e) Não estar inibido do exercício de funções públicas ou interdito para o exercício das funções a que se candidata;

f) Possuir a robustez física e o perfil psíquico indispensáveis ao exercício da função e ter cumprido as leis da vacinação obrigatória.

5.2 — Requisitos especiais — curso superior que confira grau de licenciatura em Psicologia ou em área de formação adequada ao conteúdo funcional do lugar a prover, nos termos do n.º 1, alínea d), do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro.

6 — Métodos de selecção:

Prova teórica de conhecimentos específicos;

Entrevista profissional de selecção;

Avaliação curricular.

6.1 — A prova teórica de conhecimentos gerais e específicos, sob a forma escrita, classificada de 0 a 20 valores, com a duração de duas horas, com carácter eliminatório para os candidatos que nela obtenham classificação inferior a 9,5 valores, incidirá sobre as seguintes matérias:

Conhecimentos gerais:

Quadro de competências e regime jurídico de funcionamento dos órgãos dos municípios e das freguesias (Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro);

Quadro de transferência de atribuições e competências para as autarquias locais, bem como de delimitação da intervenção da administração central e da administração local, concretizando os princípios da descentralização administrativa e da autonomia do poder local (Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro);

Regime de férias, faltas e licenças (Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, com as alterações que lhe foram introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 157/2001, de 11 de Maio);

Estatuto Disciplinar (Decreto-Lei n.º 24/84, de 16 de Janeiro);
Código do Trabalho e respectiva regulamentação (Lei n.º 99/2003, de 27 de Agosto, e Lei n.º 35/2004, de 29 de Julho);

Conhecimentos específicos:

Lei de protecção de crianças e jovens em perigo e respectiva regulamentação (Lei n.º 147/99, de 1 de Setembro, alterada pela Lei n.º 31/2003, de 22 de Agosto, e Lei n.º 332-B/2000, de 30 de Dezembro);

Portaria n.º 776/99, de 30 de Agosto;

Despacho n.º 7520/98 (2.ª série), de 6 de Maio;

Portaria n.º 1103/97, de 3 de Novembro;

Portaria n.º 1102/97, de 3 de Novembro;

Portaria n.º 213/97, de 29 de Março;

Portaria n.º 611/93, de 29 de Junho;

Despacho n.º 173/91, de 23 de Outubro, do Ministério da Educação;

Decreto-Lei n.º 319/91, de 23 de Agosto.

6.2 — Na avaliação curricular, o ordenamento dos candidatos será expresso numa escala de 0 a 20 valores e os factores a considerar